

RETÓRICA SOBRE O VOTO DO ANALFABETO NOS PERIÓDICOS PIAUIENSES NOS ANOS 1964/1965

Priscila Oliveira Pereira *

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar como os jornais piauienses repercutiram, nas suas reportagens, o direito ao voto do analfabeto em 1964 e 1965, período compreendido entre o Golpe Militar e a aprovação do Código Eleitoral. Assim, na construção da pesquisa, utilizamos os jornais: O Dia e Jornal Estado do Piauí como fontes históricas. Para a construção do trabalho, o trabalho de Michel Foucault será o referencial teórico para analisar os discursos expostos nas reportagens. O artigo visa contribuir com mais um olhar sobre a história política, destacando a discussão entorno do direito do voto do analfabeto.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar, Voto, Código Eleitoral.

ABSTRACT

This paper aims to analyze how newspapers piauienses reverberated in their reporting, the right to vote of the illiterate in 1964 and 1965, period between the military coup and the approval of the Electoral Code. Thus, in the construction of the research, we used newspapers: O Dia and Jornal Estado do Piauí as historical sources. For the construction of the work, the work of Michel Foucault is The theoretical referential for analyzing the discourses exposed in the reports. The article aims to contribute to a further look at the political history, highlighting the discussion surrounding the right to vote of the illiterate.

KEYWORDS: Military Dictatorship, Vote, Election Code.

Introdução

A proposta deste trabalho é analisar como os jornais piauienses repercutiram nas suas reportagens o direito ao voto do analfabeto em 1964 e 1965, período compreendido entre o Golpe Militar e a aprovação do Código Eleitoral. O golpe militar, iniciado no dia 31 de março e terminado no dia 1 de abril, primeiramente, tinha o aspecto de deter as reformas de base do ex-presidente eleito democraticamente, João Goulart, e, segundo, alinhar-se à política internacional norte-americana. Pouco mais de um mês no governo, os militares começaram a

* Graduada em História pela Faculdade Maurício de Nassau (FAP), Teresina (PI).
E-mail: kyyla@hotmail.com

oscilar quanto aos seus objetivos iniciais na tomada do poder. As diversas reformas administrativas no Estado, como a reforma fiscal e a eleitoral, propostas pelo novo Presidente Castello Branco, deixaram incertas as intenções do novo governo.

Márcio Moreira Alves, à época deputado federal, teve artigo publicado no jornal *Correio da Manhã*, no dia 10 de maio de 1964, e reproduzido no jornal *Estado do Piauí* em 14 de maio, no qual expôs seu ponto de vista sobre o golpe militar, declarando que as condições “parecem indicar a existência de uma componente nasserista em ascensão dentro do poder armado: isto quer dizer que poderemos caminhar para um regime politicamente forte, com a supressão definitiva das liberdades individuais”¹.

O golpe de 1964 teve a participação dos oficiais do Estado-maior do exército, membros da Escola Superior de Guerra (ESG), chamados de Grupo Sorbonne, dentre os quais estavam os Generais Mamede, Justino Alves Bastos, os irmãos Geisel, Golbery do Couto e Silva, Sizenó e o principal representante, Castello Branco. A amizade do General Staff, americano que esteve com o exército brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial, com Castello Branco, facilitou o apoio dos americanos aos militares que Márcio Alves chama de terceira força.

Logo no primeiro mês de governo, devido as modificações realizadas na Secretaria do Conselho de Segurança, coordenada pelo General Golbery do Couto e o Ato Institucional I, o país estava incerto quanto ao seu destino político. Além disso, o General Costa e Silva, ministro das forças armadas, em discurso proferido no Congresso e reproduzido nos jornais, declarou que é preciso cumprir o projeto proposto pelo alto comando revolucionário das forças armadas que estava previsto no AI-I.²

Contudo, a não ser por questões em comum, como “limpar os comunistas e corruptos da política”, o exército enquanto instituição não tinha homogeneidade nas suas ideologias. Os membros do exército foram divididos, na análise de Márcio Alves, em quatro grupos: os duros simples, o qual não cita nenhum representante; os duros democráticos, como o General Amaury Kruegel, que “acham que feita à limpeza, deve o poder ser devolvido ao povo, através de eleições”; os duros ditatoriais, como o Marechal Denys e General Justino Bastos, que “acham que não devemos realizar eleições”, e, por último, o grupo que denominou de nasserista. Esse grupo era o Grupo Sorbonne, o qual caracteriza pela disciplina do exército e

¹ ALVES, Márcio Moreira. Nasserismo. Jornal *ESTADO DO PIAUÍ*, Teresina, 14 maio 1964. Nº 641.

² Idem.

autoritários, porém intelectuais visionários que almejavam realizar reformas social, econômica e política.³

A sua fala política foi a única que retratava os militares como autoritários e questionando suas intenções no governo a ser veiculada por um jornal. Posteriormente, em 1968, Márcio Alves⁴ foi o político que o presidente Costa e Silva pediu para ter o mandato cassado e, diante da negativa do congresso, “visto que a essência da imunidade parlamentar está na inviolabilidade das palavras, opiniões e votos dos deputados e senadores”⁵, levou Costa e Silva a decretar o AI-5, com doze artigos, entre eles o que fechou o congresso por tempo indeterminado e suspendeu o “*habeas corpus* nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional”.⁶

Como já mencionado, o governo de Castello Branco efetuou várias alterações, dentre as quais as reformas eleitorais que foram realizadas em duas etapas: a primeira versando sobre análise do que necessitava ser modificado na legislação vigente e a segunda consistindo numa pesquisa da opinião pública e dos partidos políticos no que diz respeito às alterações. A competência para esse trabalho era do ministro da justiça e senador pela UDN, Milton Campos, e do Presidente Castello Branco.⁷

Aparentemente, o governo buscava o apoio da sociedade civil e, dessa forma, esperava fazer as reformas que se aproximassem da aspiração que a nação estava vivenciando. Nesse contexto, a reforma eleitoral tinha o objetivo de “combater à influência do poder econômico nas eleições, bem como a corrupção nelas verificadas, até por atuação de representação aos eleitos com a eliminação da demagogia na propaganda dos candidatos”.⁸ A reforma eleitoral foi vista por Carlos Lacerda como “uma maneira atabalhoada que Castello Branco encontrara para angariar simpatia e solidariedade população e, assim, desviara ainda atenção opinião pública das duras medidas econômicas então em curso”.⁹

Os objetivos apresentados apontavam para as transformações que o governo estava desenvolvendo e a aprovação de uma lei que combatesse o controle das eleições pelos

³Idem.

⁴No dia 2 de setembro, durante sessão legislativa na Câmara, o deputado Marcio Moreira Alves tomou a palavra para condenar uma invasão policial que acontecera dias antes na Universidade de Brasília. A certa altura perguntou: “Quando o Exército não será um valhacouto de torturadores?”(...) E sugeriu que, durante as comemorações da Semana da Pátria, houvesse um boicote às paradas. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 p. 315-316.

⁵GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 p. 317.

⁶Idem, 2002 p. 340.

⁷*Antes de propor a reforma eleitoral, o governo quer sonda a opinião pública*. Jornal ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 24 maio 1964. Nº 644

⁸Idem.

⁹NETO, Lira. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004,p.292

candidatos mais abastados e a demagogia, amplamente reconhecida na campanha política de Jânio Quadros, em 1960, seria um passo à democracia na linha discursiva defendida pelo Regime Militar.

Conforme José Fiorin (1997: 52), “a finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas é persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado”. Nesse sentido, no Estado comandado pelos militares, o discurso configura-se como protagonista na elaboração e execução de leis em defesa da democracia. Por outro lado, suas práticas foram ditatoriais.

As reformas propostas pelo governo não encontraram apoio unânime entre os militares, pois o Marechal Taurino de Rezende, por exemplo, foi contra o voto dos analfabetos e dos militares, defendendo que seria conveniente que nenhuma das duas categorias votasse. Além desse, Carlos Lacerda, apoiador civil do golpe, também não foi favorável às reformas eleitorais, declarando contrário ao “direito do voto do analfabeto, a elegibilidade dos sargentos e a necessidade de maioria absoluta para as próximas eleições presidenciais” (NETO, 2004: 291).

A aspiração por transformações eleitorais igualmente se manifestou em âmbito local, pois a questão referente à moralização em torno de temas políticos era um dos assuntos mais comentados nos periódicos consultados¹⁰.

A propósito, no editorial do *Jornal O DIA*, do dia 12 de maio, vê-se a posição do jornal no sentido de corroborar com as reformas eleitorais propostas pelo regime militar. A reforma eleitoral teria a função de aperfeiçoar a política e, ainda, seria a base para outras reformas, visto que os cargos do legislativo e executivo são elegíveis e quem promove as reformas são os políticos eleitos, daí a justificativa da importância de uma reforma eleitoral e o acompanhamento da imprensa no desencadeamento dela.¹¹

A alteração do sufrágio foi assunto também discutido na Coluna Televisão, do jornalista Simplício Mendes, no dia 23 de maio, ao dizer que “é a reforma política, a cargo da atual evolução democrática”.¹² Assim, entre as reformas que o Brasil necessitava, a reforma eleitoral era representada como central, pois viabilizaria uma nova forma de dirigir a política brasileira, aperfeiçoando o regime democrático.

¹⁰ *UMA SUGESTÃO MORALIZADORA*. Jornal *ESTADO DO PIAUÍ*. Teresina, 21 jun. 1964. p. 01.

¹¹ Editorial Reforma Eleitoral, Jornal *ODIA*. Teresina, 14 maio 1964. N° 1238.

¹² MENDES, Simplício. *A reforma eleitoral*. Jornal *O DIA*. Teresina, 23 maio 1964.

Duas questões eram importantes para a reforma no regime representativo: a primeira era evitar os abusos do poder econômico, e, a segunda, reduzir o número de partidos políticos.¹³

As práticas eleitorais não são estáticas, assim como as práticas sociais não permanecem as mesmas ao longo do tempo. Ao longo da história do Brasil, as práticas eleitorais foram se transformando, de acordo com as novas realidades políticas e sociais e, certamente, dentro desse movimentado contexto em que o país estava mergulhado, várias mudanças foram promovidas na legislação eleitoral.

A Retórica sobre o Voto do Analfabeto

A nota, exibida na imagem abaixo, relata que os cidadãos brasileiros não souberam escolher seus representantes, resultando na renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961 e na saída de João Goulart do cargo em 1º de abril de 1964. Como se vê, a nota omite os nomes dos dois presidentes, entretanto coloca suas imagens, destacando-as até mais que o próprio texto. O emprego das fotografias e as datas em parênteses exibem quem são os dois presidentes: o primeiro a ser citado é Jânio Quadros e o segundo é João Goulart.



Fonte: Jornal O *DIA*, 02 abr. 1964, N.1206.

Os brasileiros não foram felizes com as desastrosas escolhas nas urnas a 3 de outubro de 1960. Os dois eleitos não souberam governar o País. Resultado: Renúncia (25 de agosto de 61) e abandono de cargo (1º de abril de 1964).

A respeito de João Goulart, corrobora-se a compreensão de Michel Foucault (1970:2):

¹³ Idem.

Suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade.

Por essa razão, observamos o discurso produzido pelo jornal de simplificar a situação do país como sendo culpa de Goulart, por ter abandonado seu cargo. A imprensa formata o padrão discursivo a ser transmitido aos leitores piauienses no que tange à saída de Jango, omitindo o movimento civil-militar do dia 31 de março que, no dia 01 de abril, através do Congresso Nacional, declara vago o cargo de presidente. O fato de os presidentes terem saído do governo antes do término dos mandatos dissimula o contexto complexo dos acontecimentos em que o país tinha mergulhado.

Com efeito, o texto inicia com a afirmativa dos brasileiros não saberem votar, isto é, escolher seus representantes políticos. E o resultado dessa incapacidade, dentro do governo democrático, implica em maus políticos, incapazes de governar o país até o fim do mandato. De fato, a infeliz escolha dos eleitores que eram alfabetizados aponta para outra discussão que foi noticiada nos jornais: o voto do analfabeto. O debate quanto à concessão ou não do direito do analfabeto votar alcança espaço na imprensa, desde que estava entre as propostas defendidas por Goulart.

Uma questão importante referente aos discursos sobre a permissão ao sufrágio do analfabeto é desdobramento deste posicionamento em duas perspectivas: a primeira direcionada à falta de educação formal e a segunda como sendo política de comunista. Dentro dos jornais examinados, a questão do voto do analfabeto foi observada para este trabalho em comentários editoriais, colunas assinadas e pequenas notas.

Nas páginas do Jornal *Estado do Piauí*, o jornalista Cunha e Silva se posiciona contra o voto do analfabeto, visto que os alfabetizados não votam corretamente, não haveria contribuição para melhores políticos, porém, contribuiria para a continuação dos currais eleitorais, que são a “vergonha da democracia”.¹⁴

No decorrer do artigo, ele explana sobre o problema da educação brasileira e da falta de investimento na mesma. O índice do analfabetismo do Brasil era aproximadamente 48%, o que corresponderia quase à metade do eleitorado se fosse permitido o voto e, segundo escreve Cunha e Silva, a falta de escolas primárias seria um dos motivos do índice tão elevado. No final do artigo, “o atual Presidente da República é um cidadão culto e inteligente. É a favor dê-lo. O Marechal Castelo Branco embarcou na canoa do Goulart, do Lott e do Luis Carlos

¹⁴ SILVA, Cunha. *O voto do analfabeto*. Jornal ESTADO DO PIAUÍ. Teresina, 25 jun. 1964. Nº 653 p. 01.

Prestes, também partidários do voto do analfabeto: em minha opinião, todos estão equivocados”.¹⁵

Logo, de acordo com o jornalista, o Brasil deveria seguir os exemplos de outros países Japão, Alemanha, Estados Unidos e União Soviética, em que os seus respectivos governos se empenharam para alfabetizar a população, ao invés de conceder o voto aos iletrados.

A sua fala aproxima pessoas que possuem ideologias diferentes, comunista e nacionalista como Prestes e Lott, ao mesmo tempo, pessoas de instituições diferenciadas como Castelo Branco e Goulart, que defendiam o sufrágio do analfabeto, e, por último, países que tinham regimes políticos e econômicos adversos, visto que União Soviética era socialista e os Estados Unidos, capitalista.¹⁶

O discurso de Cunha e Silva não se limita às questões ideológicas, todavia é permeado pela tese de que o direito do analfabeto votar não seria a solução para o Brasil, concluindo que o necessário seria a alfabetização da população. “O que deve se fazer, é dotar o país de escolas”, disse o deputado Braga Ramos, contra o direito ao voto para os iletrados.¹⁷ O Presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo Athayde também se pronuncia “contrário ao direito de voto do analfabeto”. Desde o governo do ex-presidente da república Marechal Gaspar Dutra, as campanhas contra o analfabetismo não tiveram bons resultados, à medida que só trouxeram mais despesas públicas.¹⁸

Ao permitir o voto do analfabeto, o Estado não teria a responsabilidade de promover a educação formal. Como acontece de os políticos se empenharem em alfabetizar o povo para conseguir eleitores, logo, a “revolução” deveria alfabetizar o povo para que todos conquistassem seu direito ao voto, sem que fosse preciso concedê-lo ao analfabeto.

No editorial do jornal *O Dia*, o eleitorado piauiense é representado como aquele com maior contingente de analfabetos que só aprendem a escrever o nome para tirar o título de eleitor. Baseado nas eleições municipais do Piauí, conclui o jornal que não é satisfatório permitir aos iletrados votar nos próximos pleitos. Bem como, os “currais eleitorais” iriam se beneficiar dos votos dos analfabetos perpetuando essa prática desonesta no país. Por conseguinte, o ponto de vista do jornal apoia-se na mesma tese de Austregésilo Athayde,

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

¹⁷ *Contra o voto do analfabeto*. Jornal O DIA. Teresina. 21 jun. 1964 n° 1270.

¹⁸ *Austregésilo de Athayde contra o direito voto do analfabeto*. Jornal O DIA. Teresina. 26 jun. 1964 n° 1274.

segundo a qual o adequado seria alfabetizar a população em vez de o analfabeto ter o direito de votar.¹⁹

A outra perspectiva encontrada na imprensa é a permissão do voto ao analfabeto como uma política de comunista. Na coluna *Televisão*, do Jornal *O DIA*, o jornalista Simplício Mendes tece crítica a esse direito, como se observa (1964, p.03):

Agora está na ordem do dia da subversão *comuno-nacionalista*, o voto do analfabeto. (...) Ninguém mais poderia clamar contra o analfabetismo: - estaria oficialmente consagrado. Os reis antigos não sabiam ler, nem escrever, portanto, por que negar-se o voto ao analfabeto? Ora, isso é do plano populista da revolução sócio-comunista.

Como já mencionamos, a discussão do voto do analfabeto teve repercussão nas propostas de reforma de base de Goulart. Assim, a coluna de Simplício Mendes fala que é mais uma estratégia do governo que, no seu ponto de vista, era comunista. Em outra publicação, posterior ao golpe, continua contra o voto do analfabeto, lamentando que o governo “revolucionário”, tenha a intenção de aprovar o voto dos iletrados.

Apesar de reconhecer o governo militar como moralizador da política, que visa extinguir a corrupção, o jornalista Simplício Mendes ressalta que a reforma constitucional de ampliar o voto aos analfabetos e ao soldado “é confissão tácita de incapacidade para combate e a extinção do analfabetismo (...) que deve ser meta de todos os governos democráticos com base no voto consciente e livre”.²⁰

Ainda no texto, enfatiza-se que, anos atrás, Chagas Rodrigues, ex-governador do Piauí, discursou na Câmara “pregando o lema populista”, o direito de voto a todos.²¹ Outra questão apontada por Simplício Mendes era o fato de que, se o iletrado podia votar, também poderiam ser votados. Assim, teriam na administração pública pessoas que não saberiam a ler nem escrever. O término do discurso de Simplício Mendes realça que o governo revolucionário dos militares surgiu do “civismo nacional”, que estava, naquele momento, molestando pela tese indevida de “inovação do voto ao analfabeto”.²²

O aspecto do voto do analfabeto foi o mais polêmico da reforma eleitoral. Segundo Lira Neto, “tal questão tinha sido apenas um recurso tático, usado pelo governo para atrair a

¹⁹ Editorial voto do analfabeto. Jornal *O DIA*. Teresina. 26 jun. 1964 n° 1274.

²⁰ MENDES, Simplício. *Voto de analfabeto*. Jornal *O DIA*. Teresina. 24 jun. 1964 n° 1272.

²¹ Idem.

²² Idem

boa vontade de setores do PTB para a reforma eleitoral”²³. Portanto, na vigência da emenda que aprovaria o voto do analfabeto, houve uma forte oposição na imprensa favorável ao golpe militar em relação a esse direito e, apesar da defesa de Castelo Branco dessa proposta, ela não foi aprovada pelo Congresso. Com isso, o Código Eleitoral foi aprovado em 1965 negando o direito de voto do analfabeto.

A formação discursiva dos jornais a respeito da reforma eleitoral foi representada como maneira de aprimorar a democracia. Segundo Fiorin (1997: 52), “o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatório crer naquilo que se transmite”. Isto se apresenta nos jornais pesquisados que sempre aborda a ditadura militar como a “revolução democrática” e as reformas eleitorais como importantes para democracia.

O Congresso Nacional, no dia 15 de julho de 1965, aprova a Lei N° 4737 denominada de Código Eleitoral. Parte das reformas eleitorais propostas pelo governo foi sancionada, ficando excluído o direito de o analfabeto votar. Além dessa lei que versava sobre eleição, houve a primeira lei específica que regularizou as atividades dos partidos políticos, denominada de lei orgânica dos partidos políticos.²⁴

O Código Eleitoral de 1965 manteve os mesmos critérios da constituição de 1945 para ser eleitor. Entretanto, no que tange ao voto e obrigatoriedade de alistamento, trouxe uma inovação no ordenamento jurídico: “as mulheres que não exerciam profissões lucrativas também se viram obrigadas a se alistar e votar”.²⁵ Dessa maneira, houve o reconhecimento dos homens e mulheres iguais perante a lei eleitoral.

Considerações Finais

A defesa da democracia foi o discurso que articulou os golpistas civis e militares para depor o presidente João Goulart. Todavia, foi um ato antidemocrático visto que Jango tinha sido eleito pelo voto direto e secreto do povo. Lançando um olhar sobre a conjuntura estabelecida nos anos 1964 e 1965, constata-se que a discussão sobre o voto do analfabeto teve ampla repercussão na imprensa piauiense, desdobrando diversos argumentos contra a concessão desse direito.

Por conseguinte, as reformas eleitorais, através da imprensa, foram representadas como importantes para o aperfeiçoamento da democracia. “Digo que não: é a ordem constitucional instituída, que se refaz e se reforça para a própria legítima defesa. A República

²³ NETO, Lira. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 300

²⁴ NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p.106.

²⁵ Idem, 2012. p.113.

não está propriamente em governo totalitário ou de poderes centralizados”, disse Simplício Mendes, no dia 30 de outubro de 1965, no Jornal *O DIA*.²⁶ Por fim, os discursos institucionalizados são fundamentos com verdades, como verificamos na pesquisa dos jornais. Assim, no discurso político de Simplício Mendes, defende que o país não estava em uma ditadura.

Para finalizar, o direito de voto dos analfabetos, algo buscado através de diversas tentativas, foi negado durante a ditadura militar, assim com outros direitos sociais e individuais.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru-SP: EDUSC, 2005.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução a Análise do Discurso*. Campinas, São Paulo: Editora: Unicamp, 2004.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CANÊDO, Letícia Bicalho. *Aprendendo a Votar*. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

FICO, Carlos. *Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 24, nº 47, 2004, p.29-60.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2000 (Repensando a Língua Portuguesa).

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. ed. 11. São Paulo: Loyola, 1996.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos, e por Meio dos Periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008. p.111 - 153.

NETO. Lira, *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.

NICOLAU. Jairo, *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

²⁶ MENDES, Simplício. *Ditadura?*. Jornal *O DIA*, Teresina. 30 out. 1965. Nº1.681.

REIS. Daniel Aarão, *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

RÉMOND. R., *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

TOLEDO. Caio Navarro de, *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Referências Hemerográficas

ALVES, Márcio Moreira. Nasserismo. *Jornal ESTADO DO PIAUÍ*, Teresina, 14 maio 1964. N° 641.

Antes de Propor Reforma Eleitoral, o Governo quer Sonda Opinião Pública. *Jornal ESTADO DO PIAUÍ*, Teresina, 24 maio 1964. N° 644.

Uma Sugestão Moralizadora. *Jornal ESTADO DO PIAUÍ*. Teresina, 21 jun. 1964. p. 01.

Editorial Reforma Eleitoral, *Jornal ODIA*. Teresina, 14 maio 1964. N° 1238.

MENDES, Simplício. *A Reforma Eleitoral*. *Jornal O DIA*. Teresina, 23 maio 1964. N°

SILVA, Cunha. *O Voto do Analfabeto*. *Jornal ESTADO DO PIAUÍ*. Teresina, 25 jun. 1964. N° 653 p. 01.

Contra o Voto do Analfabeto. *Jornal O DIA*. Teresina. 21 jun. 1964 n° 1270.

Austregésilo de Athayde Contra o Direito Voto do Analfabeto. *Jornal O DIA*. Teresina. 26 jun. 1964 n° 1274.

Editorial Voto do Analfabeto. *Jornal O DIA*. Teresina. 26 jun. 1964 n° 1274.

MENDES, Simplício. *Voto de Analfabeto*. *Jornal O DIA*. Teresina. 24 jun. 1964 n° 1272.

MENDES, Simplício. *Ditadura?* *Jornal O DIA*, Teresina. 30 out. 1965. N° 1.681.

Recebido em 14 de março de 2013/
Aprovado em 02 de junho de 2013